

Mídia alternativa e direitos das mulheres: A pauta do trabalho doméstico na imprensa feminista nos anos 1970 no Brasil ¹

Mariana Fraga da FONSECA²

Karina Janz WOITOWICZ³

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

RESUMO

Um momento significativo da história do feminismo, que contou com a participação da mídia alternativa, situa-se nas experiências de comunicação que acompanharam as tensões do Brasil a partir da década de 1970. Entre estas experiências de imprensa alternativa feminista, destacam-se os jornais Brasil Mulher (1975-1979) e Nós Mulheres (1976-1978), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno da necessidade de enfrentamento quanto às desigualdades de gênero na sociedade. Entre estas demandas, o presente artigo destaca as reivindicações em torno do trabalho doméstico feminino, de modo a conferir historicidade à luta das mulheres a partir do modo como os discursos dos jornais constroem esta esfera de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: mídia alternativa; movimento feminista; história da comunicação; estudos de gênero; processos jornalísticos.

Considerações Iniciais

É a partir da necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista da década de 1970 busca seu fortalecimento e representatividade, organizando-se de forma mais sistemática, levantando bandeiras específicas e se somando à resistência à ditadura militar. Neste período, surgem publicações que, possuindo orientações editoriais distintas, inserem o debate sobre diversas questões feministas nos meios da política, da intelectualidade e em setores de base.

Neste período, em que a imprensa alternativa atuou como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, são criadas publicações do

¹ Trabalho apresentado no II 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Estudante da 4ª série do Curso de Jornalismo da UEPG, bolsista PIBIC/CNPq, pesquisadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: marianaffonseca@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Mestrado em Jornalismo da UEPG, coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: karinajw@gmail.com

movimento feminista que, articuladas com as demandas do período histórico no qual se inseriram, discutiam aspectos e tendências do movimento a partir de temáticas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, trabalho, violência, entre outras.

Entre estas experiências de imprensa alternativa feminista, destacam-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979) e *Nós Mulheres* (1976-1978), que tiveram uma inegável contribuição para o debate em torno da necessidade de enfrentar novos desafios em uma sociedade marcada pela desigualdade entre os sexos. Entre estas demandas, o presente artigo destaca as reivindicações em torno do trabalho doméstico feminino, de modo a conferir historicidade à luta das mulheres a partir do modo como os discursos dos jornais constroem e representam esta esfera de direitos civis.

Considera-se a relevância da temática por se tratar de uma demanda de longa data, diretamente ligada às mulheres das classes mais desfavorecidas, que mantém sua atualidade diante dos debates recentes em torno das políticas para trabalhadoras domésticas. Desse modo, com base no referencial teórico dos estudos de gênero, em diálogo com referências conceituais de mídia alternativa, são desenvolvidas análises sobre o tratamento do tema “trabalho doméstico” na imprensa feminista do período, com o propósito de contribuir para o registro da história da comunicação alternativa no Brasil.

O trabalho tem como objetivo geral apresentar uma análise da cobertura do tema “trabalho doméstico” na imprensa feminista no final dos anos 1970 no Brasil, problematizando aspectos da produção de mídia alternativa sob a luz dos estudos de gênero. Como objetivos específicos da pesquisa, delinea-se, com base no levantamento dos textos dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* que tratam do trabalho doméstico, a representatividade do tema no movimento feminista brasileiro no período selecionado.

Considerou-se ainda como objetivo desta pesquisa a sistematização das características principais da imprensa alternativa no tratamento do tema em questão, contemplando formatos e conteúdos dos textos, a contribuição para o fortalecimento dos estudos de gênero e de comunicação alternativa no âmbito da pesquisa na graduação, com a análise dos dados, e o desenvolvimento do conhecimento em torno das limitações e potencialidades da imprensa feminista no período, com vistas ao diálogo sobre o modo como o movimento pauta atualmente o trabalho doméstico em seus espaços de mídia.

O contexto histórico dos jornais e as linhas editoriais

O contexto editorial no qual as reportagens selecionadas para análise deste artigo estão inseridas são determinantes para a compreensão do modo como as abordagens temáticas dos textos são desenvolvidas em ambos os jornais. A imprensa feminista brasileira da década de 1970, período considerado historicamente como “segunda onda feminista”, concentrou-se em espaços considerados alternativos e de resistência devido ao contexto político e social no qual se encontravam. Com fortes influências das ideias feministas europeias e dos Estados Unidos trazidas pelas ex-exiladas, a onda da década de setenta era uma ação política e intelectualizada construída num terreno que começava a experimentar modernizações específicas e debates atualizados sobre as demandas feministas e femininas (CARDOSO, 2004).

Como é ressaltado nos estudos de autoras como Joana Pedro e Céli Pinto, estudiosas da história do movimento feminista, as tensões entre movimento de esquerda e lutas específicas de segmentos minoritários eram constantemente acirradas na década de 1970. Especialmente em 1975, nomeado pela ONU como Ano Internacional da Mulher, uma série de eventos promovidos pelas feministas especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo ocorreram com o intuito de fortalecer o movimento e se chocaram diretamente com o momento político recheado de conflitos no qual o Brasil se encontrava.

Em um país que passava por um período de intensa repressão política, as pautas dos movimentos de esquerda e sindicais, liderados por homens em sua grande maioria, se sobressaiam às do movimento feminista, considerado, devido às tensões presentes, uma luta menos emergencial do que as que se direcionavam mais objetivamente à resistência contra a ditadura militar.

Inicialmente a possibilidade aberta pelo ano Internacional da Mulher foi considerada como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura, e, portanto, entre os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão. Entretanto, o fato de 1975 ser o Ano Internacional das Mulheres, tendo resultado de uma luta feminista que recomeçava, foi, também, pensado como uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a ‘dispersão’ daquilo que consideravam uma luta prioritária. (PEDRO, 2006, p. 2)

Reconhecendo as dificuldades de legitimação enfrentadas neste momento histórico específico, o movimento feminista se articula de forma a pautar suas demandas articuladas

às dos movimentos de esquerda. Como as mulheres que participavam do movimento, em sua maioria, realizavam dupla militância (nos grupos de esquerda e no feminismo), a tática política consistia no reconhecimento da pertinência das lutas feministas enquanto movimento social, construindo importantes alianças para o fortalecimento de ambos. Especialmente o Nós Mulheres e o Brasil Mulher passam a voltar seus olhares às mulheres trabalhadoras pobres. Suas linhas editoriais são embasadas por uma linguagem marxista que pensa primordialmente a luta de classes e demandas específicas do período da ditadura como a conquista da anistia, em parceria com as desigualdades de gêneros, como descreve Margareth Rago em seu resgate da história feminista:

A ideia de que o conceito de classe deveria ser priorizado em relação ao de sexo revelava, portanto, que a apropriação da linguagem masculina, marxista ou liberal, era fundamental para se conseguir a aceitação na esfera pública masculina, que progressivamente se reconstituía. Era, portanto, uma estratégia de reconhecimento político e social fundamental num momento em que as barreiras para a entrada das mulheres no mundo da política eram extremamente pesadas, seja as impostas pela ditadura militar, seja as criadas pela própria dominação masculina, de esquerda ou de direita. As feministas colocavam-se, assim, segundo a perspectiva marxista-leninista, como vanguarda revolucionária do movimento das mulheres, necessária para orientar as trabalhadoras em sua missão histórica, parafraseando o que a esquerda repetia em relação às suas tarefas para com o proletariado. Assim, articulavam-se para fora com os outros movimentos de luta pela redemocratização do país e eram legitimadas. (RAGO, 1996, p. 35)

Durante a análise das edições de ambos os jornais estudados neste trabalho, distantes de apresentarem intencionalmente valorações quanto aos conteúdos e vieses apresentados pelos veículos, é possível observar discrepâncias e semelhanças entre eles, tanto no discurso editorial desses materiais como no tratamento da pauta principal e do objeto de análise desta pesquisa. Tanto o Nós Mulheres como o Brasil Mulher são, até os dias atuais, comparados, discutidos e criticados quanto a determinados posicionamentos e direcionamentos que suas publicações apresentavam. O constante enfrentamento entre a maior valorização das temáticas de esquerda e a luta do movimento feminista por visibilidade dentro deste setor também protagoniza essas discussões à medida que pautaram os jornais, como descreve Joana Maria Pedro:

[...] o Nós mulheres foi considerado mais direcionado ao feminismo, ao passo que o Brasil Mulher estaria mais preso às lutas consideradas gerais. Por seu lado, o Nós Mulheres era acusado de “dividir a luta dos trabalhadores”, de ser uma luta burguesa, porque somente a burguesia é que se interessava na “luta da mulher”. Perguntavam, ainda: “de que

maneira a mulher vai se libertar se é o capitalismo que oprime?”. E era preciso primeiro lutar pelo fim da ditadura, para depois buscar os direitos da mulher. (PEDRO, 2006, p. 20)

Entretanto, os posicionamentos dos jornais e o certo revanchismo que cerca as publicações que coexistiram neste espaço-tempo tão singular, têm origens mais profundas do que simples adequação ou resistência à integração nos movimentos de esquerda contra a ditadura militar. A começar pela constituição do corpo produtor que, no caso do Brasil Mulher, concentrava mulheres militantes originalmente do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário de Outubro (MR8), enquanto o Nós Mulheres, originário do Círculo de Mulheres de Paris, era majoritariamente formado por feministas de esquerda integrantes do Debate, uma dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas (LEITE, 2003).

Ao voltarem para o Brasil, essa segunda frente feminista lança o Nós Mulheres ao invés de se submeter aos padrões já estabelecidos e às frentes defendidas pelo Brasil Mulher, deixando clara a heterogeneidade ideológica dos movimentos de esquerda (LEITE, 2003). Considerando esse contexto, o Brasil Mulher caracteriza seu conteúdo de forma geral, tanto no aspecto jornalístico como no puramente opinativo, na centralização de temáticas políticas mais abrangentes da época, em destaque para a conquista da anistia, tema possuidor de uma coluna permanente que poderia ocupar até duas páginas em algumas edições, e articula sua militância feminista com questões do cenário político ditatorial de forma mais assertiva e contundente.

Em contrapartida, o Nós Mulheres apresenta um recorte militante mais específico, também compartilhando da linguagem marxista e sindicalizada presente no Brasil Mulher, entretanto, exaltando as demandas dos movimentos de mulheres. O jornal elucida as pautas femininas, considerando-as para além das especificidades de classe na luta por direitos, questões que são familiares e de interesse de todas as mulheres, como por exemplo, as escolhas que envolvem a maternidade ou o não exercício dela, menos presente nas discussões do Brasil Mulher.

Diferente do Brasil Mulher, que busca características textuais mais gerais, com o intuito de noticiar claramente demandas de classe e denunciar fatos de interesse público sem a participação tão massiva de histórias de vida em seus relatos, os textos veiculados pelo Nós Mulheres que tratam das realidades das trabalhadoras mais desfavorecidas

aparecem em um viés mais humanizado, sem desvalorizar a carga dos problemas generalizados que buscavam retratar, caracterizados pela narração de personagens e exaltação da fala das fontes de modo a proporcionar a aproximação de leitores aos relatos.

Em comum, a presença das demandas sindicais em favorecimento das mulheres operárias na busca pela igualdade salarial e jornadas mais justas, bem como esclarecimentos sobre importância da sindicalização para esse setor do mercado e de direitos trabalhistas constitucionais – também priorizadas em textos que tratam diretamente das empregadas domésticas -, aparecem nas publicações demonstrando os diálogos recorrentes que movimentos mantinham entre si, que publicações da mídia alternativa mantinham entre si, e que ambos mantinham um com o outro de forma a registrarem posicionamentos e discursos semelhantes, como declara o Nós Mulheres:

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. (RAGO, 1996, p. 35)

Reportagens: o retrato do trabalho nos jornais

A seleção das reportagens que dariam o panorama das perspectivas que tanto o Brasil Mulher como o Nós mulheres possuíam sobre o trabalho foi de total importância para o alcance do objetivo desta pesquisa. É necessária, portanto, uma sistematização e descrição dos métodos e critérios utilizados para que esta separação fosse realizada, de modo a nos familiarizar com os olhares que os jornais lançavam sobre as questões trabalhistas e as diferentes situações e demandas das mulheres trabalhadoras.

Para a realização deste estudo, o roteiro metodológico utilizado envolveu pesquisa bibliográfica e coleta de material empírico, de modo a reunir elementos para realizar o levantamento e a análise dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres sobre o tema do trabalho doméstico no final dos anos 1970. A primeira etapa do trabalho consistiu na apresentação da imprensa feminista, em uma abordagem que contempla a trajetória do movimento e as características das publicações. Interessa, partindo deste cenário inicial, identificar a representatividade do tema trabalho doméstico no período.

Com base nas características relacionadas à comunicação alternativa, busca-se analisar o perfil dos jornais, em sua primeira leitura, a partir dos seguintes critérios: a)

aspectos da linguagem; b) conteúdos principais; c) trajetória do trabalho doméstico na imprensa, escolhidos de forma a contemplar os conteúdos disponíveis para análise.

As categorias de análise foram detalhadas após o levantamento empírico da pesquisa, para uma delimitação mais precisa dos dados coletados por meio da exploração nos arquivos em PDF das edições originais de ambos os jornais. Após análise dos levantamentos, foram realizadas observações sobre o tratamento dedicado por cada jornal sobre o tema em questão, utilizando categorias de análise e critérios metodológicos de estudo, com o intuito de finalizar esta etapa com uma contextualização atual sobre o trabalho doméstico no contexto das organizações feministas.

Através de coleta de material empírico e pesquisa bibliográfica, que exploram 27 edições dos dois jornais escolhidos para este trabalho, sendo destas, 20 do Brasil Mulher e 7 dos Nós Mulheres, a pesquisa pretendeu apresentar uma análise da cobertura do tema “trabalho doméstico” na imprensa feminista no final dos anos 1970 no Brasil, problematizando aspectos da produção de mídia alternativa sob a luz dos estudos de gênero, utilizando como parâmetro de análise e forma de observação as aparições de textos relacionados à questão trabalhista em geral e a dupla jornada da mulher trabalhadora, com o intuito de enriquecer a compreensão quanto ao trabalho doméstico.

As pesquisas empíricas nos arquivos dos produtos midiáticos registraram 38 incidências da temática “trabalho” em produções de autoria dos jornais, selecionadas primeiramente com o intuito de serem utilizadas como critério comparativo para o aprofundamento do tema principal deste artigo e maior compreensão das abordagens do recorte “trabalho doméstico”. Para análise específica do objeto desta pesquisa, foram utilizados critérios como o protagonismo do tema “trabalho” em sua pauta, as características da construção textual e a utilização das fontes na reportagem.

Como forma de tornar mais criteriosa a seleção das reportagens, materiais sobre países estrangeiros, as sessões de cartas dos leitores, tirinhas ou conteúdos muito pequenos (menores que meia página) foram desconsiderados, com o intuito também de fazer com que a busca encontrasse materiais produzidos pela redação dos jornais e com conteúdos originais. Foram criadas então quatro categorias de análise que abrangeram todas as publicações selecionadas.

A categoria “Sindicalização e busca por direitos trabalhistas” é a que concentra o maior número de reportagens selecionadas: 18 no Brasil Mulher e quatro no Nós Mulheres. A repetição do tema se destacou logo na primeira análise das edições do Brasil Mulher,

publicação que apresentava características militantes articuladas com os movimentos sindicais e de resistência do Brasil dos anos 1970. A constante chamada para a importância da sindicalização e o realce sobre as condições de trabalho da mulher operária conversavam com organizações contra ditadura e incluíam as demandas feministas na militância sindical, gerando, por exemplo, capas marcantes como a da edição nº 12 do Brasil Mulher, de maio de 1978, sobre o dia do trabalho.

A segunda maior incidência temática corresponde à categoria “Donas de casa/trabalhadoras domésticas e direitos”, registrando cinco matérias do Brasil Mulher e oito do Nós Mulheres, pautas constantemente articuladas com a luta de classes e as especificidades das demandas das mulheres pobres e trabalhadoras, que em sua grande maioria procuravam mobilizar essas mulheres na busca por direitos trabalhistas bem como dar visibilidade e relevância tanto as publicações isoladamente como as edições dos jornais como um todo, exaltando-as, por exemplo, em matérias de capa e reportagens especiais como “Domésticas: queremos ser vistas como trabalhadoras - nosso dia é o dia 1º de maio”, publicada da edição nº 8 do Brasil Mulher, de agosto de 1977.

Com menor incidência, porém ainda representadas, estão as demandas da “Mulher trabalhadora e a dupla jornada”, onde foram selecionadas quatro reportagens do Brasil Mulher e uma do Nós Mulheres, e “Mulher e o trabalho no campo”, registrando três matérias do Brasil Mulher. Ambas as categorias apresentaram textos envolvidos, novamente, com uma perspectiva marxista e um olhar sobre as especificidades de classe das mulheres trabalhadoras, registrando experiências de vida através de personagens significativos e reflexões em defesa do reconhecimento das atribuições sexistas ligadas às mulheres no âmbito do trabalho, especialmente, o acúmulo de funções e exaustão.

As reportagens constantemente repetem pautas básicas de direitos civis ainda não assegurados na época e reclamam sobre as condições de trabalho sob as quais mulheres, especialmente as trabalhadoras da indústria, eram submetidas, como por exemplo, o tempo de jornada exaustivo, a existência do turno da noite sem pagamento respectivo, o salário menor do que os dos homens para cumprimento das mesmas funções, a ausência de creches nos locais de trabalho agravadas pelas pouquíssimas vagas nas creches de suas cidades, a impossibilidade de ter voz ativa dentro do ambiente de trabalho, como também era recorrente dentro dos sindicatos.

Em especial a reportagem do Nós Mulheres, intitulada “Lugar de fogão não é só na cozinha”, que trata da rotina das trabalhadoras em uma fábrica de fogões, demonstra

indícios das injustiças cometidas contra empregadas mulheres nos ambientes industriais, tradicionalmente masculinizados. Em um local onde a linha de produção, montagem, embalagem e carregamento dos produtos também correspondem a status dentro da fábrica e, conseqüentemente, a um salário maior por hora de serviço, mulheres não conseguem subir de cargo.

As restrições quanto às promoções de mulheres dentro da fábrica aconteciam quando homens assumiam suas atividades anteriores, em geral, o encaixe de pequenas peças e parafusos nos fogões. Era comum o serviço não ser realizado com a mesma qualidade que as operárias proporcionavam devido à falta de manejo dos empregados, obrigando as mulheres a voltarem sempre para suas antigas funções, onde ganham menos e a chefia desconsidera sua destreza como características valorativas de especialização.

A reportagem que registra a greve das trabalhadoras na fábrica da De Millus, publicada pelo Brasil Mulher, também denuncia as más condições de trabalho e a exploração das operárias coagidas, destacando o caráter militante dos textos veiculados. A greve das operárias da De Millus, empresa produtora de calcinhas e sutiãs que carregava ironicamente o slogan “Feito com amor”, estourou após uma série de abusos e maus tratos realizados contra as funcionárias diariamente.

Além de mal pagas, em grande parte menores de idade devido ao convênio da fábrica com institutos de profissionalização, o que permitia a utilização de “aprendizes” para realizar o trabalho, forçadas a uma jornada de 10 horas de trabalho diário, a pagar por refeições feitas sem as menores condições de higiene e cheias de fermento que causava mal-estar estomacal em quase todas, não possuem nenhum tipo de auxílio com relação a creches e a gravidez, as funcionárias começaram a ser revistas ao fim do expediente, medida tomada pela empresa para evitar furtos.

Após diversas sessões de humilhação onde eram obrigadas a retirar suas roupas, serem apalpadas pelos seguranças, abrirem suas bolsas e suas marmitas para a vistoria, as trabalhadoras se voltaram contra o sistema de trabalho opressivo e contra seus patrões abusivos. Muitas foram gravemente feridas pela polícia militar que foi chamada às pressas para conter a manifestação em frente à fábrica da De Millus, e após o triste episódio, conquistaram o fim das revistas pós expediente, reafirmando a resistência da mulher trabalhadora nos ambientes de trabalho.

Essas publicações contemplam de forma satisfatória os vieses característicos da imprensa alternativa – denúncia, engajamento e mobilização - representados nas

reportagens de ambos os jornais. Nas publicações, a presença da fonte era muito valorizada, destacando o protagonismo que dava o tom dos textos, e havia ainda uma grande articulação entre o conhecimento acadêmico, representado pelas autoras dos jornais, e as vivências e experiências reais das mulheres que procuravam observar, exaltar e apoiar tanto nas temáticas escolhidas para as reportagens como no contato pessoal quando eram escolhidas para falar sobre suas vidas, problemas e lutas específicas.

Imagem 1: Reportagem do Brasil Mulher sobre a greve das operárias da De Millus



Fonte: Brasil Mulher, ed. 14, ano 3, novembro de 1978.

A pauta do trabalho doméstico no Brasil Mulher e no Nós Mulheres

Para tratar do tema “trabalho doméstico” este artigo considerou tanto os conceitos de trabalho doméstico enquanto o conjunto de atividades que envolvem o cuidado do ambiente doméstico, onde se enquadram donas de casa em conjunto com toda a classe de

mulheres que historicamente recebem essa atribuição, bem como o de emprego doméstico, que diz respeito diretamente às mulheres empregadas domésticas que trabalham nas casas de terceiros em troca de salário.

Essa diferenciação é necessária para compreender as distintas implicações que ambas as atividades compreendem dentro do universo do “trabalho doméstico”, a divisão sexual do trabalho e como as duas são representadas nas reportagens do Brasil Mulher e do Nós Mulheres.

O emprego doméstico, enquanto profissão que possui uma série de direitos trabalhistas negados e é constantemente alvo de injustiças sociais, possui números expressivos quanto à quantidade de trabalhadores na população brasileira. Até 1999, o emprego doméstico correspondia a 19% da mão de obra feminina total no Brasil, como destaca Miriam Nobre em seu artigo sobre trabalho e emprego doméstico:

No Brasil, o emprego doméstico foi o setor que mais criou postos de trabalho nos anos 1990. Em 2001 eram quase 6 milhões de pessoas; 94% eram mulheres; 66% eram negros. Ampliou-se a formalização do emprego doméstico, mas apenas ¼ das mulheres trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada e contribuía para a Previdência Social. O pequeno grau de formalidade do emprego doméstico se concentra nas capitais do sul e sudeste e junto a trabalhadoras brancas. Em 1995, em Fortaleza, apenas 4,4% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada (Bruschini e Lombardi, 2000). Estima-se que 500 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhem no emprego doméstico no Brasil. (NOBRE, 2004, p. 65)

Já o trabalho doméstico, historicamente atribuído às mulheres devido às condições sociais patriarcais, hierárquicas e opressoras as quais são submetidas desde o nascimento, é uma carga de atividade que, diferentemente do que a lógica apontaria com o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho, não se dividiu, apenas se tornou um acúmulo exacerbado de funções que devem ser exercidas de acordo com a divisão sexual do trabalho que culturalmente nos rege, como destaca Dora Porto:

A divisão sexual do trabalho que norteia esse padrão de comportamento em nossa sociedade faz com que as atividades realizadas pelas mulheres na esfera doméstica sejam naturalizadas, tidas como parte essencial da natureza feminina, associadas à representação da amorosidade. Isso determina que toda espécie de cuidado, requisitado por qualquer membro do grupo doméstico, seja dispensado pela mulher. Assim, cabe a ela a obrigação de acompanhar os doentes, pais e filhos, nos tratamentos de saúde e, no caso desses últimos, também nas reuniões escolares e demais eventos da vida social. Dessa forma o tempo para cuidar de si mesma, descansar ou buscar formas de lazer torna-se ainda mais escasso. (PORTO, 2008, p. 288)

O modelo social no qual vivemos, que associa diretamente a independência à questão financeira, exige que mulheres em melhores condições sociais saiam de seus lares para o mercado de trabalho à procura de libertação e de realizações pessoais, criando uma nova carga de mão de obra considerada mais barata pelos empregadores. Ao mesmo tempo, esse novo fluxo de mercado traz consigo a lacuna do serviço doméstico, cada vez mais desvalorizado, que é preenchida por mulheres mais pobres, sem instrução e sem oportunidades de ingressar no mercado de trabalho no mesmo nível profissional e salarial que suas patroas.

O fluxo de trabalho, portanto, é unidirecional e remete ao um novo modelo de exploração. Mulheres mais pobres acabam saindo de suas casas para fazer o serviço doméstico de mulheres que possuem mais condições financeiras, enquanto ambas sofrem com o acúmulo de funções e cobranças sobre as atividades que lhe são atribuídas como naturais. A primeira sente essas alterações de forma mais ainda mais intensa, agregando a tensão do baixo salário e da subordinação.

Ambos os jornais apresentam essa discussão histórica através de suas reportagens. Tratavam tanto da questão da dupla jornada, pauta central para as mulheres trabalhadoras que acabavam com acúmulo de funções, como da ausência de direitos trabalhistas tanto para as donas de casa, atividade que não é considerada profissão regulamentada pelo Estado até os dias atuais, e das empregadas domésticas, que apenas em 2013, com a aprovação da chamada PEC das Domésticas, passaram a obter direitos básicos como a aposentadoria, o décimo terceiro, uma jornada de até 8 horas diária, a folga, horas extras de trabalho pagas, o registro na carteira de trabalho, dentre outros.

Merece destaque neste tema a grande reportagem, também matéria de capa da segunda edição produzida pelo Nós Mulheres, intitulada “A rainha do lar não tem cedro nem coroa”, sobre as donas de casa da periferia. Os blocos de reportagem são construídos através das falas das próprias fontes, vizinhas, que falam de suas próprias experiências, seu cotidiano como donas de casa, sobre a falta de reconhecimento do seu trabalho, envolvendo uma discussão sobre o serviço doméstico nunca realmente tem um fim, fazendo com que donas de casa ou domésticas que morem com os patrões não possuam horário de expediente e trabalhem desde a hora que acordam até a hora em que se deitam novamente.

A reportagem também destaca como a relação com os maridos é afetada pela falta de independência financeira. O entendimento do homem como provedor financeiro o isenta de todas as outras funções da casa, questões que segundo as entrevistadas deveriam ser

debatidas entre a família. Igualmente louvável é a produção do Brasil Mulher chamada "Domésticas: queremos ser vistas como trabalhadoras - nosso dia é o dia 1º de maio", onde o texto demonstra uma visão extremamente contemporânea dos debates sobre os direitos das trabalhadoras domésticas.

Os relatos destas reportagens, especificamente, demonstram como as demandas desse setor trabalhista específico foram abordadas pelos jornais de forma humanizada e lançaram luz sobre problemas comprovadamente sociais, bem como questões de uma classe trabalhadora hegemonicamente constituída por mulheres, caracterizando uma exploração capitalista, de classe e de gênero, enfatizadas pelos conteúdos jornalísticos das publicações tanto do Nós Mulheres como do Brasil Mulher.

Considerações Finais

A partir das reflexões realizadas neste artigo, a presente pesquisa contribui para os estudos dos campos de comunicação alternativa e de gênero, ao possibilitar um retrato do tratamento do tema trabalho doméstico na imprensa feminista brasileira no final dos anos 1970 e direcionar discussões para a relevância das questões que permeiam o trabalho doméstico e a dupla jornada de mulheres trabalhadoras que continuam pertinentes na contemporaneidade, como é possível inferir através de observações sobre as discussões organizacionais das empregadas domésticas e em veículos jornalísticos.

As representações veiculadas nos jornais Nós Mulheres e Brasil Mulher sobre o universo do trabalho, a inserção da mulher nessa esfera pública e as especificidades do trabalho doméstico e do emprego doméstico, embora realizadas há aproximadamente 40 anos, demonstram simultaneamente um grande esclarecimento e uma ampla visão sobre essas questões por parte das idealizadoras dos veículos, e uma estagnação por parte da sociedade, não a respeito das discussões do tema, que se mantém ativas e intensas dentro dos movimentos feministas atuais, mas sobre ações concretas quanto aos direitos trabalhistas e o reconhecimento dessas profissões.

Segundo o caderno Estatísticas de Gênero do último senso do IBGE, realizado em 2010⁴, o percentual de mulheres com 16 anos ou mais que possuem carteira de trabalho assinada e de trabalhadoras domésticas por cor resultou em dados expressivos sobre a realidade atual dessas trabalhadoras: do total de mulheres contabilizadas, das que trabalham

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>

com carteira assinada 58,4% são brancas e 40,2% são pretas ou pardas. Das que são trabalhadoras domésticas e que possuem carteira de trabalho assinada 42,0% são brancas e 57,0% são pretas ou pardas. Quando se trata das trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada, a porcentagem se inverte: 36,5% são brancas e 62,3% são pretas ou pardas.

Como foi possível observar, as relações de trabalho estão profundamente ligadas a relações históricas de poder e no universo do trabalho doméstico essas tensões estão em constante destaque. Dispor de uma pessoa que realiza os serviços da sua casa representa status social para o empregador, bem como simboliza o *status quo* de toda uma sociedade baseada em relações de servos e patrões. A existência de uma profissão cuja principal característica é a servidão nada mais é do que a modernização e a manutenção das normas sociais de dominantes e dominados que se reforça através de todas essas relações trabalhistas no mundo capitalista.

Num período de ditadura militar, com extrema repressão política que dificultou intensamente tanto a manutenção de direitos civis como a conquista de novos, nada mais justo do que atribuir os devidos créditos a estas publicações feministas da mídia alternativa que, através de muita luta, pautaram questões de classe e de gênero de forma pertinente e com olhares à frente do seu tempo, haja vista a contemporaneidade possível de se identificar tanto nas pautas como na construção dos textos jornalísticos dos veículos. É necessário reconhecer a pertinência dos estudos feministas e de gênero no âmbito do jornalismo, considerando a importância histórica da incidência desses temas tanto em publicações jornalísticas quanto no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa brasileira pós-1974**. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.
- DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2003.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 234-241.
- PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, Anpuh, n.52, vol. 26, 2006. p. 249-272.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX.**

Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil.**

Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996. Disponível em:

<http://segall.ifch.unicamp.br/.../cadernos_a.../article/view/151>

MELLO, Soraia Carolina de. **A Questão do Trabalho Doméstico: recortes do Brasil e da**

Argentina. In: Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras do Cone Sul.

Florianópolis; Editora Mulheres, 2011. p. 71-91

NOBRE, Miriam. **Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico. In: Reconfiguração das**

relações de gênero no trabalho. In: Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.

São Paulo, 2004. p. 61-69. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf->

[files/bueros/brasilien/05632.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf)>

PORTO, Dora. **Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero**

marcadas pela desigualdade. In: Revista Bioética, 2008. Disponível em: <

http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/74>